



Plenário vai votar cláusula democrática para Unasul

Aprovado em comissão, texto confirma adesão do Brasil a protocolo que impõe respeito à democracia como condição a países integrantes do bloco

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem um projeto de decreto legislativo que confirma a adesão do Brasil a um protocolo que cria uma cláusula democrática para países integrantes da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O texto segue para o Plenário.

O protocolo busca coibir ataques à democracia nos países-membros da Unasul. Em caso de ruptura da ordem democrática e constitucional ou em caso de violação do legítimo exercício do poder, a nação sofrerá sanções dos demais integrantes e poderá até ser suspensa do bloco, determina o protocolo. 3



Lindbergh Farias (C) conversa com o deputado Orlando Silva e Eunício Oliveira na sessão solene

Jane de Araújo/Agência Senado



Serra presidiu entidade nos anos 1960

Reque de Sá/Agência Senado

Sessão destaca luta da UNE pela democracia

A União Nacional dos Estudantes (UNE), que completa 80 anos neste mês, foi homenageada ontem pelo Congresso. Em sessão solene, parlamentares (incluindo os senadores José Serra e Lindbergh Farias, que já presidiram a entidade) lembraram a trajetória de luta da UNE pela democracia e pela conscientização dos jovens. Também ressaltaram o papel do movimento estudantil na atualidade, especialmente no momento de crise vivido pelo país. 2



Fernando Collor fala em audiência pública, entre ministro Etchegoyen e senadora Regina Sousa

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Etchegoyen nega espionagem de Fachin

De acordo com o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ministro Sergio Etchegoyen, não houve ação de espionagem na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, ao contrário do que

foi publicado numa reportagem da revista *Veja*.

Em audiência no Senado, Etchegoyen também afirmou que o país precisa priorizar estratégias de inteligência para combater o crime organizado. 3

Acesso a droga contra mal raro será facilitado

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, o representante da Anvisa Fernando Garcia afirmou que a agência vai facilitar o registro de medicamentos para tratar pacientes de doenças raras. Essas doenças, como fibrose cística e anemia falciforme, atingem 13 milhões de brasileiros. Como são caras, muitos doentes re-

correm à Justiça para obter as drogas.

Maria José Fagundes, da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, disse que há décadas o Ministério da Saúde não incorpora ao SUS novos remédios para doenças raras. O senador Waldemir Moka propôs a criação de um grupo de trabalho para encaminhar as demandas ao Ministério da Saúde. 3



Teresinha Cardoso, Ronaldo Caiado e Antoine Daher em audiência na Comissão de Assuntos Sociais

Pedro Franco/Agência Senado

Instalada comissão mista para analisar MP que altera regras do Fies



Dalírio Beber e Lúcia Vânia foram eleitos, respectivamente, presidente e relatora da comissão da MP do Fies

Pedro Franco/Agência Senado

A comissão de senadores e deputados destinada a examinar a MP que muda o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi instalada ontem. Serão três tipos de financiamentos para mais de 300 mil estudantes em 2018. O primeiro tipo vai financiar cursos superiores, sem cobrança de juros, para 100 mil estudantes com renda familiar por pessoa de até três salários mínimos. Já os outros dois vão oferecer crédito para 150 mil estudantes no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste e para 60 mil estudantes das demais regiões com renda familiar de até cinco salários mínimos. 2

Aprovados acordos com Etiópia e Myanmar 3

Debatedores apoiam direito de quilombolas 4

IFI refaz previsão com deficit maior para este ano 4

Tributo à UNE destaca papel do movimento estudantil

Em sessão do Congresso em homenagem aos 80 anos da União Nacional dos Estudantes, parlamentares lembraram trajetória de luta da entidade pela democracia e pela conscientização política da juventude

EM SESSÃO SOLENE no Plenário do Senado ontem, o Congresso homenageou os 80 anos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Parlamentares que começaram a carreira política na entidade enalteceram o papel da UNE na luta pela democracia e ressaltaram a importância da militância estudantil na atualidade.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, que abriu a sessão, lembrou sua trajetória como presidente da Casa do Estudante do Ceará.

— Pode-se dizer que a UNE muitas vezes foi escola. Uma escola dentro da escola. Capitaneou nos meios estudantis a resistência contra a intolerância e a exceção por décadas. Não é à toa que ela, com o perdão pelo jogo de palavras, une os estudantes — afirmou Eunício.

Uma das proponentes da sessão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) exortou a atual presidente da UNE, Marianna Dias, e a direção da entidade a espelharem-se no exemplo das gerações passadas:

— Vocês todos, jovens, têm uma grande tarefa, que é ajudar a nação brasileira a recuperar nossa democracia, atingida duramente por um golpe.

Lindbergh Farias (PT-RJ) — presidente da UNE em 1992 e 1993 — e Paulo Rocha (PT-PA) defenderam a necessidade de mobilização da UNE contra os cortes de verba na educação.

— A UNE sempre cresceu em momentos de crise profunda como esta. Vocês sabem o tamanho da destruição que está vindo por aí — disse Lindbergh.

Paulo Rocha conclamou trabalhadores e estudantes para lutar pela democracia.

— De novo somos chamados a essa aliança entre operários e estudantes para voltar às ruas e reconquistar a democracia.

José Serra (PSDB-SP), que presidia a UNE na época do golpe de 1964, comparou aquele período ao atual:

— A importância da UNE daqui por diante é conseguir retomar o debate sobre o Brasil diante da juventude brasileira. É muito mais difícil que no passado, dadas a dimensão e a heterogeneidade. Em 1964, eram 100 mil universitários,

hoje são mais de 6 milhões.

Representando os ex-presidentes da UNE, o ex-deputado federal Aldo Arantes, que dirigiu a entidade em 1961 e 1962, falou que a tarefa hoje é retomar a história de luta dos estudantes, reintroduzindo na juventude a consciência crítica.

A atual presidente da UNE defendeu eleições diretas e prometeu lutar pela universidade pública:

— Temos a coragem de dizer que somos a UNE do “Fora, Temer”, que defende a soberania do nosso país e que resistirá para que a universidade pública continue sendo um patrimônio inegociável do povo brasileiro — disse Marianna.

Veja o Arquivo 5 sobre a UNE: <http://bit.ly/UNE80anos>



Pedro Chaves (PSC-MS) lançou na quarta-feira na Biblioteca do Senado a cartilha *Novo Ensino Médio: o que é importante saber?*. A obra será distribuída em escolas e terá versão on-line. O ministro da Educação, Mendonça Filho, e senadores participaram do lançamento.

Conselho de Ética aceita denúncia contra Lindbergh

O presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), aceitou uma denúncia contra Lindbergh Farias (PT-RJ) por quebra de decoro parlamentar.

O relator do caso será sorteado na próxima reunião do colegiado, a ser marcada.

O pedido para a abertura do processo é de José Medeiros (PSD-MT). Ele afirma que Lindbergh “impediu a con-

tinuidade regular” de uma reunião do Conselho de Ética na terça-feira. Na ocasião, os parlamentares analisavam uma representação contra as seis senadoras que ocuparam a mesa para tentar impedir a votação da reforma trabalhista.

Segundo Medeiros, Lindbergh teria agredido outros senadores presentes à reunião. Para João Alberto, “há indícios de quebra de decoro”.

— As instituições não podem ficar à mercê de arroubos totalitários — afirmou Medeiros.

Lindbergh criticou a atuação do Conselho de Ética, que em julho arquivou um pedido de cassação do mandato de Aécio Neves (PSDB-MG), gravado em conversas com o dono da JBS, Joesley Batista.

— A denúncia contra mim é ridícula. O Conselho de Ética do Senado está desmoralizado.

Instalada comissão de senadores e deputados para analisar MP do Fies

Foi instalada ontem a comissão mista para examinar a Medida Provisória (MP) 785/2017, que modifica o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Serão três tipos de financiamento, que devem beneficiar mais de 300 mil estudantes em 2018.

O primeiro tipo vai financiar cursos de nível superior, sem

cobrança de juros, para 100 mil estudantes com renda familiar por pessoa de até três salários mínimos. Já os outros dois modelos oferecem crédito a juros baixos para 150 mil estudantes no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste e 60 mil, com renda de até cinco salários mínimos, para as demais regiões.

Ministro convida Eunício para encerramento de missão no Haiti

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, convidou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para participar do encerramento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, a Minustah.

Durante 13 anos, o governo brasileiro liderou cerca de 36 mil homens da Marinha, do Exército, da Força Aérea e de

tropas internacionais.

— A missão foi cumprida. Será o último dia que nós estaremos lá exercendo esse papel de *force commander*, liderando a força de paz na ONU, que teve um extraordinário sucesso e o reconhecimento mundial, e deixa o Haiti estabilizado, democrático — disse o ministro.

Simone defende texto sobre direito de advogados

Na véspera do Dia do Advogado, celebrado hoje, Simone Tebet (PMDB-MS) destacou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de projeto que altera o Estatuto da Advocacia. O texto (PLS 141/2015), de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), criminaliza a violação de prerrogativas dos advogados. Relatora, Simone lamentou que algumas categorias estejam fazendo lobby contra o projeto.



Requie de Sív Agência Senado

Reguffe pede fim da cobrança por bagagens

Reguffe (sem partido-DF) cobrou dos deputados que votem o decreto legislativo aprovado no Senado suspendendo a portaria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permitiu às empresas aéreas cobrar pela bagagem despachada.

— O brasileiro continua pagando por essas bagagens, mas o preço da passagem não baixou, conforme foi dito quando saiu a portaria — afirmou o senador.



Waldemir Bonetto Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h Sessão não deliberativa, destinada a discursos de senadores e pronunciamentos da Mesa do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova cláusula democrática para Unasul

Segue para o Plenário texto que confirma a adesão do Brasil a protocolo que impõe condições para integrantes do bloco: em caso de ruptura da democracia, país sofrerá sanções e poderá ser suspenso

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem relatório de Roberto Requião (PMDB-PR) favorável à adesão do Brasil ao protocolo adicional do tratado constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) que estabelece uma cláusula democrática para que um país possa fazer parte do bloco. O texto (PDS 32/2017) segue para o Plenário.

Lido por Pedro Chaves (PSC-MS), o relatório afirma que o protocolo inova na adoção de instrumentos dissuasórios visando coibir as rupturas no sistema democrático dos países-membros. Ele define medidas que resultarão em isolamento político, econômico e físico da nação que tomar esse rumo, disse o senador.

O protocolo poderá ser acionado em caso de ruptura ou mesmo de ameaça de ruptura da ordem democrática, constitucional ou do legítimo exercício do poder por parte de algum Estado-membro. A nação que romper com a ordem constitucional poderá ser suspensa do bloco. Também

poderá ter fechamento total ou parcial de fronteiras, entre outras sanções.

Fazem parte hoje da Unasul

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.



Genardo Magalo/Agência Senado

Comissão decide apoiar medidas para isolar nação que ferir a democracia

Collor: constituinte venezuelana é válida

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Fernando Collor (PTC-AL), lamentou ontem, em reunião do colegiado, o fato de 12 países americanos, entre eles o Brasil, terem assinado em Lima, no Peru, uma declaração de não reconhecimento da constituinte venezuelana.

Collor citou artigo da Constituição da Venezuela que prevê a convocação de constituinte por várias instituições e autoridades, como o presidente da República.

— Estamos dizendo que não estamos respeitando a Constituição de um país, abrindo brecha para que outros países no futuro façam o mesmo conosco.

Etchegoyen nega que a Abin tenha espionado Fachin

O chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ministro Sergio Etchegoyen, negou com veemência durante audiência das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Direitos Humanos (CDH) que tenha havido na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) qualquer ação de espionagem contra o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O objetivo da audiência, realizada ontem, foi o esclarecimento de informações publicadas em reportagem da revista *Veja* no início de junho que afirmava que a ordem

para a suposta espionagem teria surgido após reunião do presidente Michel Temer com assessores, incomodados com a atuação de Fachin no acordo de delação premiada dos irmãos Batista (do grupo JBS) e na Operação Lava Jato.

— Não sei as razões da revista *Veja* para fazer uma acusação dessa gravidade, que deveria ter vindo acompanhada de provas, que não existiram — disse o general. A Abin é subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional.

Etchegoyen disse também que o país precisa priorizar estratégias de inteligência para

que possa combater o crime organizado. O ministro cobrou do Congresso mudanças na legislação para que os órgãos de segurança pública e de inteligência tenham “meios mais eficazes de atuação”.

— Sinto falta hoje de meios para que possamos defender a sociedade.

Ele também questionou alguns benefícios aos quais os presidiários têm acesso. E reiterou que, devido à dimensão que alguns grupos criminosos atingiram, a base do combate necessita ser focada numa atuação de inteligência, muito bem feita e “em todos os níveis”.

Anvisa promete facilitar acesso a droga para doença rara

O registro de medicamentos para doenças raras será facilitado, prometeu Fernando Garcia, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em audiência ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Foram debatidas as dificuldades enfrentadas pelos doentes. O pouco investimento da indústria farmacêutica em pesquisa de remédios contra essas doenças torna os existentes muito caros. E a falta de incorporação pelo Sistema Único de Saúde (SUS) impede

a distribuição gratuita, levando muitos doentes a recorrer à Justiça para obter as drogas.

— Estamos em vias de concluir a regulamentação que objetiva facilitar e incentivar a condução de pesquisa clínica e o registro mais célere de medicamentos para tratar doenças raras — informou Garcia.

As doenças raras (como fibrose cística e anemia falciforme) acometem até 65 entre 100 mil habitantes. Mas, somadas, atingem 13 milhões de brasileiros. Maria José Fagundes,

da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), disse que há décadas o Ministério da Saúde não incorpora ao SUS novos remédios para doenças raras.

Teresinha Cardoso, da Sociedade Brasileira de Genética Médica, cobrou a implantação definitiva da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

Waldemir Moka (PMDB-MS) propôs a criação de um grupo de trabalho para encaminhar as demandas ao ministério.

Senadores confirmam acordos de cooperação com Etiópia e Myanmar

O Plenário aprovou ontem dois projetos de decreto legislativo referentes a acordos de cooperação técnica com vigência inicial de cinco anos: um com a Etiópia e outro com Myanmar. Agora os textos seguem para promulgação.

Assinado em Adis Abeba em 2012, o acordo de cooperação técnica com a Etiópia foi o primeiro entre os dois países e versa sobre

apoio logístico às equipes, concessão de vistos, isenção de impostos e imunidade de jurisdição pessoal aos envolvidos nas ações. Foi relatado por Humberto Costa (PT-PE) na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O acordo com Myanmar, assinado em Nay Pyi Taw em 2013, prevê apoio igual ao da Etiópia. Lasier Martins (PSD-RS) foi o relator na CRE.

Eunício defende distritão até que se chegue ao voto distrital misto

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem a adoção do modelo eleitoral conhecido como distritão até que se chegue ao voto distrital misto no futuro.

— Eu, por convicção, acho que nós devemos fazer o voto distrital misto, mas a própria

corrente da Justiça Eleitoral disse que ainda não tem condições de apresentar neste momento os distritos. Portanto, nós vamos apresentar esse distritão, ou seja, esse voto majoritário temporário para uma transição apenas — afirmou.

José Medeiros questiona teoria sobre compra de votos na Câmara

José Medeiros (PSD-MT) pôs em dúvida os argumentos da “compra de deputados” na votação que rejeitou a denúncia contra o presidente Temer.

De acordo com o senador, o PMDB aparece como maior beneficiário das emendas

parlamentares nos últimos meses, ficando o PT em segundo lugar.

Porém, em média, cada deputado do PT recebeu mais recursos do governo federal, o que não resultou em votos a favor de Temer, disse o senador.

Wellington lamenta fechamento de santas casas em Mato Grosso

Wellington Fagundes (PR-MT) manifestou indignação com o recente fechamento de quatro hospitais filantrópicos em Cuiabá e Rondonópolis por falta de repasses de recursos do governo estadual. O senador



Roque de Sá/Agência Senado

destacou que o trabalho das santas casas tem custo mais baixo.

— Ficamos perplexos ao ver que o governo está gastando R\$ 84 milhões com propaganda, mas não tem dinheiro para as filantrópicas de Mato Grosso.

Armando Monteiro pede união dos pernambucanos pela Hemobrás

Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu a conclusão das obras da Hemobrás em Goiana (PE). Ele clamou políticos a se opor à proposta do ministro da Saúde, Ricardo Barros, de transferir para seu estado, o



Waldemir Borreto/Agência Senado

Paraná, a fabricação de derivados de sangue. Isso, disse Armando, retiraria de Goiana a possibilidade de produzir um remédio que representa quase metade do mercado de hemoderivados, avaliado em R\$ 1,5 bilhão.

Avança PEC que cria polícias penais

O Plenário do Senado fez ontem a terceira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que transforma a carreira dos agentes penitenciários em carreira policial.

A PEC 14/2016, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), institui as polícias penais estaduais e deverá passar por mais duas sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno no Plenário.

Debatedores defendem direito de quilombolas

Participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos pediram ao STF que declare constitucionais as regras para identificar e titular as terras dos antigos quilombos

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS sociais defenderam a validade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta a identificação e titulação das terras ocupadas por quilombolas. A norma é alvo de uma ação direta de inconstitucionalidade (3.239), proposta em 2004 pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), que deve ter o julgamento retomado na próxima semana pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A situação dos quilombolas foi tema de debate ontem na

Comissão de Direitos Humanos, a pedido de Fátima Bezerra (PT-RN). Para ela, o decreto tem sido atacado por setores conservadores e ruralistas que não querem o acesso dessas populações à terra.

— Os quilombolas estão em todo o país e não vão se calar. O decreto é o principal instrumento administrativo para regular questões fundiárias.

Para a representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Givânia Maria da

Silva, o que está em jogo é uma disputa econômica.

— O título é inalienável e imprescritível. O pedaço de terra, se for titulado, sai do mercado definitivamente.

Até agora, o julgamento está empatado. O ex-ministro Cezar Peluso votou pela inconstitucionalidade do decreto e Rosa Weber, pela improcedência da ação. Os participantes da audiência e Fátima Bezerra acertaram uma visita aos ministros do Supremo no início da próxima semana para sensibilizá-los.

Paulo Rocha defende desenvolvimento com respeito aos índios

Não se pode colocar por terra o patrimônio e a cultura dos povos indígenas, disse Paulo Rocha (PT-PA). O senador defendeu a criação de políticas que favoreçam o desenvolvimento e a produção rural, sem prejudicar os povos tradicionais.

Paulo Rocha acusou o governo Temer de levar o país ao retrocesso nas áreas de educação, saúde e inclusão social, na questão agrária e na proteção dos indígenas.

— É preciso ter capacidade, políticas públicas e políticas de desenvolvimento com distribuição de riqueza, cidadania, dignidade e respeito.

Jorge Viana relata visita a tribos indígenas no Acre

O senador Jorge Viana (PT-AC) relatou ontem em Plenário uma visita que fez às tribos indígenas dos caxinauás e dos iauanauás, em seu estado. Segundo o senador, a viagem foi longa e especial. Ele contou que foi batizado pelo povo huni kuni com o nome de Duá Busá.

Viana também disse que teve oportunidade de dormir no chão, numa escola que ele ajudou a construir quando foi governador do Acre.

Para Viana, é lamentável que o Brasil não dê valor suficiente à biodiversidade da Amazônia.



Waldemir Borretto/Agência Senado



Waldemir Borretto/Agência Senado



Na Comissão de Direitos Humanos, Fátima Bezerra (2ª à dir.) preside debate sobre demarcação das terras

Governador pede aprovação da MP do Refis previdenciário

O governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, pediu ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, apoio para que seja votada a medida provisória que trata do Refis previdenciário.

A MP 778/2017 permite parcelar débitos relativos às contribuições previdenciárias de estados e municípios.

Segundo o governador, o Distrito Federal tem um déficit mensal de R\$ 240 milhões na Previdência, tendo que retirar recursos do Tesouro para pagar aposentados, quando tem a receber R\$ 780 milhões do governo federal.

— O governo reconhece que deve. Nós precisamos desse valor para pagar os aposentados. Vimos pedir ajuda — disse, explicando que o dinheiro devido pela União se refere à compensação previdenciária de aposentados que contribuíram para o regime geral e se aposentaram pelo governo do Distrito Federal.

Pelo texto aprovado na quarta pela comissão mista que avalia a MP, os débitos poderão ser quitados mediante entrada de 2,4% do valor da dívida, em até seis parcelas. O restante poderá ser pago em até 194 parcelas.

IFI projeta déficit maior por incertezas na receita

O desequilíbrio nas contas do governo federal deve provocar déficit primário de R\$ 156,2 bilhões neste ano. Essa nova previsão, anunciada ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI), aumenta em R\$ 12,1 bilhões o rombo projetado no Relatório de Acompanhamento Fiscal anterior, de R\$ 144,1 bilhões.

Para 2018, a projeção da IFI sinaliza déficit menor do que o anteriormente previsto: de R\$ 166,2 bilhões para R\$ 153,3 bilhões. Mas isso se o governo fizer um contingenciamento de R\$ 30 bilhões em despesas discricionárias (aquelas sobre as quais possui poder de decisão para remanejar e cortar).

Esses déficits (resultado da arrecadação menos os gastos, exceto juros da dívida) são superiores aos estimados pelo governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): R\$ 139 bilhões em 2017 e R\$ 129 bilhões em 2018.

Segundo o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, o ajuste

fiscal tem conseguido estancar a sangria, mas o aumento da receita ainda é incerto.

Um dos fatores é a revogação de medidas provisórias, como a MP 744/2017, que reonerava a folha de pagamento de diversas empresas e garantia, portanto, aumento de arrecadação.



Salto apresenta nova previsão: R\$ 156,2 bi de rombo nas contas de 2017

Humberto lamenta fechamento de agências da Caixa

O fechamento de agências da Caixa Econômica Federal foi criticado por Humberto Costa (PT-PE). O banco confirma que até 120 unidades consideradas deficitárias podem fechar as portas, disse o senador.

— Mas, de acordo com o Sindicato dos Bancários de Pernambuco, o número de agências fechadas chega a 312.

Segundo Humberto, o Recife será uma das cidades mais afetadas pela medida. A capital pernambucana perderia 76 unidades a partir de março de 2018, atrás de Campinas (91), Bauru (79) e Porto Alegre (78).



Waldemir Borretto/Agência Senado

Dário Berger apoia reforma da Previdência

Dário Berger (PMDB-SC) comentou sua participação nas recentes reuniões da CPI da Previdência. Segundo ele, a população envelheceu e não há mais dinheiro no caixa para bancar as aposentadorias.

O senador citou dados que apontam um déficit da Previdência de R\$ 250 bilhões em 2017.

A reforma, afirmou, é necessária, mas não pode penalizar os mais pobres. Ele defendeu o fim das aposentadorias milionárias. E disse que, para fazer justiça, é necessário cobrar mais de quem tem mais.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Cristovam critica criação de novo fundo partidário

Cristovam Buarque (PPS-DF) lamentou ontem que o presidente Temer tenha vetado artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que previa recursos para o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação.

Enquanto o governo veta um dispositivo como esse, disse, a comissão especial da Câmara que trata da reforma política aprovou a criação de um fundo público de R\$ 3,6 bilhões para financiar campanhas políticas.

O senador conclamou a sociedade a lutar contra esse fundo.



Roque de Sá/Agência Senado

Fátima: "Governo mostra desprezo pela educação"

Os vetos do presidente Michel Temer relacionados às metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) na LDO 2018 mostram desprezo pela educação, disse Fátima Bezerra (PT-RN).

— O Plano Nacional de Educação não é uma agenda qualquer. É a mais importante.

A senadora participou de reunião com reitores de universidades públicas que pediram recursos para as instituições não fecharem. Segundo ela, o presidente do CNPq afirmou que programas de pesquisas que envolvem atualmente 90 mil bolsistas e 20 mil pesquisadores têm o funcionamento ameaçado por falta de verbas.

Vetos de Temer prejudicam área social, diz Vanessa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou os vetos do presidente Temer ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo, disse a senadora, vetou pontos que garantiam mais recursos para a agricultura familiar, o SUS, o Minha Casa, Minha Vida e ações de combate à violência contra a mulher.

— O governo publica os vetos dias depois de torrar R\$ 14 bilhões com emendas parlamentares e outras benesses para se salvar na Câmara de um julgamento por corrupção no STF.



Edilson Rodrigues/Agência Senado